

# BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82  
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEC DTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a BEC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 2.531 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 52.494 mil e Ativos Totais de R\$ 54.307 mil. Osasco, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMÔNIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2017	2016			
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>54.287</b>	<b>52.360</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.813</b>	<b>2.394</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	43	22	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.813	2.394
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	54.234	52.330	Sociais e Estatutárias (Nota 9d)	24	31
Carteira Própria	54.234	52.330	Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a)	1.718	2.294
OUTROS CRÉDITOS	10	8	Diversas (Nota 8b)	71	69
Diversos (Nota 6)	10	8	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>52.494</b>	<b>49.987</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	Capital:		
OUTROS CRÉDITOS	19	20	- De Domiciliados no País (Nota 9a)	28.000	25.800
Diversos (Nota 6)	19	20	Reservas de Lucros (Nota 9c)	24.494	24.187
<b>PERMANENTE</b>	<b>1</b>	<b>1</b>			
INVESTIMENTOS	1	1			
Outros Investimentos	2	2			
Provisões para Perdas	(1)	(1)			
<b>TOTAL</b>	<b>54.307</b>	<b>52.381</b>	<b>TOTAL</b>	<b>54.307</b>	<b>52.381</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2º Semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 2016		Capital Social Capital Realizado	Reservas de Lucros Legal Estatutárias	Lucros Acumulados	Totais		
<b>RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.138</b>	<b>5.071</b>	<b>6.554</b>	<b>Eventos</b>					
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	2.138	5.071	6.554	<b>Saldos em 30.6.2017</b>	<b>28.000</b>	<b>612</b>	<b>22.819</b>	<b>-</b>	<b>51.431</b>
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.138</b>	<b>5.071</b>	<b>6.554</b>	Lucro Líquido	-	-	-	1.073	1.073
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(238)</b>	<b>(546)</b>	<b>(608)</b>	Destinações: - Reservas	-	54	1.009	(1.063)	-
Outras Despesas Administrativas (Nota 10)	(83)	(180)	(186)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(10)	(10)
Despesas Tributárias (Nota 11)	(122)	(288)	(356)	<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>28.000</b>	<b>666</b>	<b>23.828</b>	<b>-</b>	<b>52.494</b>
Outras Despesas Operacionais (Nota 12)	(33)	(78)	(66)	<b>Saldos em 31.12.2015</b>	<b>24.200</b>	<b>373</b>	<b>22.133</b>	<b>-</b>	<b>46.706</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>1.900</b>	<b>4.525</b>	<b>5.946</b>	Aumento de Capital com Reservas (Nota 9b)	1.600	-	(1.600)	-	-
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>1.900</b>	<b>4.525</b>	<b>5.946</b>	Lucro Líquido	-	-	-	3.312	3.312
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 14a e b)</b>	<b>(827)</b>	<b>(1.994)</b>	<b>(2.634)</b>	Destinações: - Reservas	-	166	3.115	(3.281)	-
Provisão para Imposto de Renda	(441)	(1.081)	(1.434)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(31)	(31)
Provisão para Contribuição Social	(390)	(914)	(1.194)	<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>25.800</b>	<b>539</b>	<b>23.648</b>	<b>-</b>	<b>49.987</b>
Ativo Fiscal Diferido	4	1	(6)	Aumento de Capital com Reservas (Nota 9b)	2.200	-	(2.200)	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>1.073</b>	<b>2.531</b>	<b>3.312</b>	Lucro Líquido	-	-	-	2.531	2.531
Número de cotas (Nota 9a)	28.000.000	28.000.000	25.800.000	Destinações: - Reservas	-	127	2.380	(2.507)	-
Lucro por lote de mil cotas em R\$	38,32	90,39	128,39	- Dividendos Propostos	-	-	-	(24)	(24)
				<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>28.000</b>	<b>666</b>	<b>23.828</b>	<b>-</b>	<b>52.494</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 2016			2º Semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 2016	
<b>1) CONTEXTO OPERACIONAL</b>				<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
A BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEC DTVM" ou "Instituição") é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.				<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>1.900</b>	<b>4.525</b>	<b>5.946</b>
<b>2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>				(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos			
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> ) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.				Financeiros Derivativos	(1.763)	(1.904)	(3.638)
A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da BEC DTVM evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.				Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	-	27	27
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de janeiro de 2018.				Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(139)	(2.596)	(2.329)
<b>3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS</b>				<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>(2)</b>	<b>52</b>	<b>6</b>
<b>a) Moeda funcional e de apresentação</b>				<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:</b>			
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.				Dividendos Pagos	-	(31)	(30)
<b>b) Apuração do resultado</b>				<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(31)</b>	<b>(30)</b>
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério <i>pro rata</i> e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.				<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(2)</b>	<b>21</b>	<b>(24)</b>
<b>c) Caixa e equivalentes de caixa</b>				Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	45	22	46
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.				Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	43	43	22
<b>d) Títulos e valores mobiliários</b>				<b>Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(2)</b>	<b>21</b>	<b>(24)</b>
• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;							
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria;							
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria.							
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.							
<b>e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)</b>							
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".							
Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.							
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.							
Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.							
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.							
<b>f) Redução ao valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)</b>							
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.							
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.							
Uma perda por redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> ) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.							
<b>g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias</b>							
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:							
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;							
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;							
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;							
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.							
<b>h) Outros ativos e passivos</b>							
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base <i>pro rata</i> dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base <i>pro rata</i> dia).							
<b>i) Eventos subsequentes</b>							
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:							
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;							
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.							
<b>4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>							
A Instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 43 mil (2016 - R\$ 22 mil).							
<b>5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b>							
<b>a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação</b>							
	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	2017	2016					
<b>Carteira própria</b>							
Cotas de fundos de investimentos	54.234	52.330	52.330				
<b>Total</b>	<b>54.234</b>	<b>52.330</b>	<b>52.330</b>				

continua...

## Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BEC - DTVM LTDA	13
IOCHPE MAXION SA	3

## Diário Oficial Empresarial 2

Estado de São Paulo

Volume 128 • Número 32  
São Paulo, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018

Página 13

**Imprensa Oficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

# BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2017	2016
Lucro líquido.....	2.531	3.312
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(127)	(166)
Base de cálculo.....	2.404	3.146
Dividendos propostos.....	24	31
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado.....	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil cotas.....	0,85	1,29

### 10) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Publicação.....	106	88
Serviços técnicos especializados.....	43	63
Serviços do sistema financeiro.....	22	20
Outras.....	9	15
Total.....	180	186

### 11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Contribuição à COFINS.....	203	262
Contribuição ao PIS.....	33	43
Outras.....	52	51
Total.....	288	356

### 12) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Outras despesas financeiras.....	78	66
Total.....	78	66

### 13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Controladores	2016
	2017	2016
Ativos		
Disponibilidades (2).....	43	22
Passivos		
Dividendos a pagar (1).....	24	31

(1) Controlador Direto - Banco Bradesco BERJ S.A.; e

(2) Controlador Indireto - Banco Bradesco S.A.

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócios cotistas é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.
- A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

#### Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

**BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Osasco - São Paulo

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

### 14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	4.525	5.946
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(2.036)	(2.675)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(19)	(16)
Deduções incentivadas.....	61	57
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(1.994)	(2.634)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto, e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2016, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

#### b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(1.995)	(2.628)
Impostos diferidos		
Constituição/(Realização) no exercício sobre adições temporárias.....	1	(6)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(1.994)	(2.634)

#### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2017
Outras provisões.....	28	28	27	29
Total dos créditos tributários (Nota 6).....	28	28	27	29

O total de crédito tributário constituído tem perspectiva de realização em até 5 anos. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 27 mil (2016 - R\$ 26 mil).

Todos os créditos tributários da BEC DTVM foram devidamente ativados.

### 15) OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A BEC DTVM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2017, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução do Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

### A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 20 de fevereiro de 2018

André Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2

## Sumário Caderno Empresarial 2

### BALANÇO

BEC - DTVM LTDA.....	13
IOCHPE MAXION SA.....	3

**Diário Oficial** Empresarial 2  
Estado de São Paulo

Volume 128 • Número 32  
São Paulo, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018

Página 14

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

# Ouvidoria

## Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade total e transparência, com um canal direto de comunicação com a sociedade.

[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

**io ouvidoria**

ouvidoria@imprensaoficial.com.br  
Rua da Mooca, 1921  
Cep: 03103 - 902 São Paulo

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



